



RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

SUDAM NOS ESTADOS

DIÁLOGOS COM QUEM
PROMOVE O DESENVOLVIMENTO
REGIONAL NA AMAZÔNIA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Jair Messias Bolsonaro - Presidente

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MDR

Daniel de Oliveira Duarte Ferreira - Ministro

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA – SUDAM

Louise Caroline Campos Löw – Superintendente

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS

André Carvalho de Azevedo Carioca - Diretor

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Rogério Matos dos Santos - Diretor

**DIRETORIA DE GESTÃO DE FUNDOS, DE INCENTIVOS FISCAIS E DE
ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS**

Róger Araújo Castro - Diretor



APRESENTAÇÃO

Após um ano dramático no cenário global em 2020 e a partir do arrefecimento da pandemia da Covid-19, o ano de 2021 representou um tempo de retomada das atividades em todos os setores do Brasil, seja econômico, político, social ou institucional. Dentro desse novo contexto e ciente da nossa missão de promover o desenvolvimento incluyente sustentável da Amazônia Legal, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) entendeu que era preciso não somente aproximar a Autarquia dos estados e municípios que compõem a região, mas também coletar dados atualizados e difundir informação sobre nossos instrumentos que fomentam desenvolvimento (tais como o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO e os Incentivos Fiscais, por exemplo).

Indiscutivelmente, desenvolvimento foi a palavra-chave e uma necessidade premente no cenário pós-pandemia. E assim surgiu a ideia da caravana “Sudam nos Estados – Diálogos com quem promove o desenvolvimento regional na Amazônia”, formada nosso experiente e qualificado quadro técnico que visitou oito dos nove estados da Amazônia Legal: Amapá, Roraima, Rondônia, Acre, Amazonas, Mato Grosso, Tocantins e parte do Maranhão. O Pará, nono estado e sede da Sudam, também foi contemplado com atividades técnicas.

Orgão de planejamento regional em sua essência, a Sudam foi *in loco* buscar subsídios tanto para a elaboração das diretrizes e prioridades dos nossos instrumentos de ação criados para promover desenvolvimento regional, como para propor medidas que tornem mais fácil o acesso dos estados, municípios, setores produtivos e outros atores regionais aos recursos federais à disposição por meio desses instrumentos. A instituição também buscou apoio de atores institucionais para o desenvolvimento de estratégias conjuntas com os governos estaduais a fim de melhorar a execução dos convênios, outro dos nossos importantes instrumentos voltados para desenvolvimento regional.

Para a Sudam, essa caravana de técnicos – que também contou com a participação engajada da superintendente da Autarquia, Louise Caroline Campos Löw, que em todos os estados valorizou palestras institucionais – foi uma iniciativa estratégica, ao permitir não somente a coleta de informações mais próximas das realidades e necessidades dos gestores estaduais, municipais e dos setores produtivos, mas também a construção de instrumentos de ação muito mais viáveis ao povo da Amazônia.

A ideia foi sair do escritório para ouvir as demandas da ponta, divulgar os instrumentos e nos aproximarmos dos principais atores que querem o desenvolvimento da Amazônia Legal: setor produtivo, academia, secretarias de planejamento, desenvolvimento e governos estaduais. Vale ressaltar que a imprensa local também fez grande cobertura sobre os eventos.

Durante os encontros apresentamos o nosso Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), o qual norteia as nossas ações e cujo principal objetivo é promover a redução das desigualdades regionais por meio da geração de emprego e renda, do crescimento econômico, da qualidade de vida e da internalização da riqueza regional. Para isso, o nosso PRDA faz um diagnóstico da área e apresenta os programas e projetos necessários à transformação regional no curto, médio e longo prazo.

Durante a caravana, conhecemos ainda mais nosso campo de trabalho – necessidades, dificuldades, mas também potencialidades e oportunidades para a construção de uma região calcada no desenvolvimento sustentável. Esse relatório é, portanto, fruto de nossas prospecções – sempre mediadas pelo conhecimento e experiência de quem tem a Amazônia como casa e seu desenvolvimento como propósito.

• AMAZONAS

CONVÊNIOS

Oficina "Boas Práticas em Convênios", realizada no Auditório do Centro Cultural dos Povos da Amazônia, com as instituições participantes: Secretarias de Governo do Estado do Amazonas.

A Coordenação-Geral de Convênios e Monitoramento - CGCOM participou com equipes formada por coordenador(es) e técnico(s) das Coordenações: Coordenação de Convênios e Monitoramento - CCM e Coordenação de Prestação de Contas - CPC e Divisão de Análise e Monitoramento de Prestação de Contas Financeira de Convênios – DAMP, que estabeleceram um diálogo junto aos Municípios, às Secretarias Estaduais e Associações de Municípios visando:

- Promover sincronia entre os convenientes e a Sudam na execução dos convênios;
- Compartilhar informações sobre etapas do convênio e problemas enfrentados pelas envolvidas;
- Orientar os convenientes na apresentação de proposta e de Projeto Básico de acordo com os parâmetros adotados pela Sudam;
- Ajudar preventivamente os convenientes na superação dos entraves na execução de convênios;
- Preparar potenciais convenientes para as oportunidades futuras quando ao acesso a recursos;
- Reduzir os riscos de impropriedades e irregularidades na execução do convênio a fim de evitar problemas na prestação de contas e/ou perdas de recursos.

A programação das oficinas de Boas Práticas em Convênios foi dividida em duas partes:

Primeiro momento - havia uma explanação sobre a Sudam e os objetivos das visitas aos estados e o alinhamento da execução dos convênios às Carteiras de Projeto do PRDA. Em seguida, foi realizada a apresentação do uso da Plataforma +Brasil para cadastramento de propostas e plano de trabalho, documentos necessários para apresentação de Projeto básico e termo de referência, execução e prestação de contas, o passo a passo da cartilha.

Segundo momento - ocorriam as Oficinas com dúvidas pontuais sobre convênios celebrados entre a SUDAM e as Instituições participantes.

ACADEMIA

As agendas específicas foram realizadas junto às Universidades Federais, Estaduais, Secretarias de Ciência e Tecnologia, Fundações de Amparo à Pesquisa, Embrapa, Institutos Federais de Educação e INPA.

As reuniões foram conduzidas com a apresentação da COGID sobre a Missão, Instrumentos e Plataforma de CT&I e em seguida foi realizada a discussão sobre os projetos em andamento e demandas das Instituições quantificadas e qualificadas através do preenchimento do Formulário Google.

• AMAZONAS

CIRCUITOS PRODUTIVOS

Foi realizada uma reunião com os técnicos da SEECTI que trabalham com o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais, assim como com os técnicos das diversas Secretarias de Governo, Secretaria de Estado de Cultura - SEC, Secretaria Executiva de Trabalho e Empreendedorismo - SETEMP, Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA, Secretaria de Produção Rural do Amazonas - SEPROR e Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas - CIAMA.

A reunião teve início com a apresentação da técnica do Ministério da Economia, Maria Cristina Milani, sobre os APLs constantes no Observatório Nacional e o resultado da consultoria contratada por esse Ministério para elaborar a atualização dos arranjos. Deve-se destacar que o Núcleo Estadual do Arranjos Produtivos Locais, que faz parte da estrutura de governança do arranjo institucional do Ministério da Economia, encontra-se em pleno funcionamento no Amazonas.

Em seguida, o Secretário Executivo de Desenvolvimento do Amazonas, Senhor Renato Mendes Freitas fez a apresentação do Plano Estratégico do Amazonas com as ações do governo voltadas ao desenvolvimento estadual. Os arranjos produtivos locais estão agrupados da seguinte forma:

Grupo 1: APLs com foco em adensamento produtivo: APLs com vertente industrial e empresarial, que visam a melhoria da eficiência produtiva, à inovação, à capacitação tecnológica e ao aumento da produtividade e da competitividade.

Grupo 2: APLs com foco na dinamização da economia regional: APLs que se localizam em regiões que apresentam atraso relativo ao desenvolvimento, onde há desigualdade de renda, decorrente da ausência, estagnação ou má distribuição da atividade econômica, bem como da baixa capacidade de oferta de serviços públicos básicos de qualidade.

Grupo 3: APLs como foco na inclusão produtiva: APLs com população de extrema pobreza que se caracterizam pelas atividades exercidas de forma incipiente e com baixa eficiência, seja pela falta de acesso às oportunidades ou mesmo pela falta de capacitação específica para a atividade econômica.

O estado do Amazonas vem desenvolvendo ações para o fortalecimento dos arranjos produtivos com os objetivos de diminuir as desigualdades intra e inter regionais nos territórios, estruturar o setor de forma atuante e organizada, de buscar novas oportunidades de negócios, dentre outros. Por meio desse fortalecimento, o Estado busca o aproveitamento das potencialidades, vocações e oportunidades locais, ajudar a inclusão social pela via do empreendedorismo, ampliar a capacidade competitiva duradoura, incrementar o protagonismo local e melhorar a inserção competitiva e sustentável no mercado.

O Senhor Luís Bernardo, também da SEECTI, continuando a fala sobre arranjos produtivos locais, apresentou o APL denominado Biopólis, com foco em adensamento produtivo, na dinamização da Região e na inclusão produtiva.

• AMAZONAS

Especificamente, sobre o APL de artesanato no Alto Solimões, trata-se de um projeto prioritário para o Estado, pela necessidade constatada de se promover o desenvolvimento local da região do Alto Solimões, por meio do artesanato, por se constituir num potencial econômico e social, dadas as características históricas da região, forte presença da cultura indígena e de abundância de recursos naturais.

Os artesanatos de origem indígena são produzidos dentro das comunidades pelos seus integrantes. São tanto utilitários (cestas, vasos, redes, arcos, zarabatanas), quantos adornos (colares, pulseiras, brincos, cocares). As matérias primas utilizadas são extraídas de suas próprias reservas, sendo as principais: palhas, fibras vegetais e sementes, Algumas aldeias já exploram economicamente os seus artesanatos e outras, apenas comercializam algum excedente de sua produção normal.

Além desse tipo de artesanato indígena, há também, o tradicional que utiliza além de palhas, fibras e sementes, as madeiras, principalmente as reaproveitadas, são também utilizadas. No entanto, não há um projeto estruturado e, assim, propôs-se a elaboração e o envio do projeto para a SUDAM para possível apoio, inclusive com grandes possibilidades de ser financiado com recursos do programa Faixa de Fronteira.

Os APLs prioritários para o Amazonas são: artesanato; base mineral cerâmico e oleiro; construção naval; fécula e farinha de mandioca; fitoterápico e fitocosméticos; madeira, moveis e artefatos; polpas, extratos e concentrados de frutas regionais; produção de pescado; produtos florestais não madeireiros e turismo ecológico e rural. Após a reunião, os encaminhamentos foram os seguintes: elaboração e envio do projeto sobre o APL de artesanato do Alto Solimões para possível apoio.

FUNDOS, ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Foram apresentados os Incentivos Fiscais, o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) visando criar planos de ação em conjunto com as secretarias de governo, agências de desenvolvimento, federações de agricultura, pecuária, indústria, Sebrae.

No Amazonas, as reuniões técnicas ocorreram na sede da Federação das Indústrias do estado do Amazonas – FIEAM e contaram com a participação de representantes da Federação (30/08/2021) e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEDECTI (31/08/2021). Nas reuniões, foram apresentados os instrumentos de ação da Sudam, com foco nas principais linhas de financiamento e recursos disponíveis dos Fundos (FDA e FNO) para o estado do Amazonas. Também foi tratado sobre o interesse de compartilhamento de informações entre a Sudam e SEDECTI quanto à inserção em seus respectivos sítios eletrônicos de links que redirecionem o acesso do usuário tanto da Sudam para a SEDECTI quanto da SEDECTI para a Sudam.

• AMAZONAS



• ACRE

CONVÊNIOS

Oficina "Boas Práticas em Convênios", realizada no Auditório da Secretaria de Fazenda do Estado do Acre, com as instituições participantes: Secretarias de Governo do Estado do Acre e Associação dos Municípios do Estado do Acre.

A Coordenação-Geral de Convênios e Monitoramento - CGCOM participou com equipes formada por coordenador(es) e técnico(s) das Coordenações: Coordenação de Convênios e Monitoramento - CCM e Coordenação de Prestação de Contas - CPC e Divisão de Análise e Monitoramento de Prestação de Contas Financeira de Convênios – DAMP, que estabeleceram um diálogo junto aos Municípios, às Secretarias Estaduais e Associações de Municípios visando:

- Promover sincronia entre os convenentes e a Sudam na execução dos convênios;
- Compartilhar informações sobre etapas do convênio e problemas enfrentados pelas envolvidas;
- Orientar os convenentes na apresentação de proposta e de Projeto Básico de acordo com os parâmetros adotados pela Sudam;
- Ajudar preventivamente os convenentes na superação dos entraves na execução de convênios;
- Preparar potenciais convenentes para as oportunidades futuras quando ao acesso a recursos;
- Reduzir os riscos de impropriedades e irregularidades na execução do convênio a fim de evitar problemas na prestação de contas e/ou perdas de recursos.

A programação das oficinas de Boas Práticas em Convênios foi dividida em duas partes:

Primeiro momento - havia uma explanação sobre a Sudam e os objetivos das visitas aos estados e o alinhamento da execução dos convênios às Carteiras de Projeto do PRDA. Em seguida, foi realizada a apresentação do uso da Plataforma +Brasil para cadastramento de propostas e plano de trabalho, documentos necessários para apresentação de Projeto básico e termo de referência, execução e prestação de contas, o passo a passo da cartilha.

Segundo momento - ocorriam as Oficinas com dúvidas pontuais sobre convênios celebrados entre a SUDAM e as Instituições participantes.

ACADEMIA

As agendas específicas foram realizadas junto às Universidades Federais, Estaduais, Secretarias de Ciência e Tecnologia, Fundações de Amparo à Pesquisa, Embrapa, Institutos Federais de Educação e INPA.

As reuniões foram conduzidas com a apresentação da COGID sobre a Missão, Instrumentos e Plataforma de CT&I e em seguida foi realizada a discussão sobre os projetos em andamento e demandas das Instituições quantificadas e qualificadas através do preenchimento do Formulário Google.

• ACRE

CIRCUITOS PRODUTIVOS

No dia 20.08.21 a COGPE/SUDAM reuniu-se no Auditório do IDAF com a SEPA_AC e demais Secretarias de Estado, objetivando dar a conhecer a experiência da SUDAM no fortalecimento de APLs na Amazônia e alinhar ações para a governança e fortalecimento de APLs em nível estadual e federal.

O NEAPL_AC encontra-se desarticulado, tendo em vista mudanças internas ocorridas nas equipes da SEPA_AC, por conta da troca de governo em nível estadual, o que por sua vez, afetou a continuidade das ações do Núcleo devido à perda de memória institucional. No entanto, também ocorreram mudanças em nível federal, visto a extinção do antigo MDIC em 2019, e a incorporação de suas funções pelo então Ministério da Economia - ME, um dos atuais responsáveis pela condução da política de APLs em nível nacional.

Ademais, nos foi informado que, de acordo com o novo desenho institucional das Secretarias de Estado, a política de fortalecimento de APLs no Acre não está centralizada em uma única Secretaria. Cada APL, dependendo de sua natureza, está vinculado à uma determinada Secretaria ou outra, o que pode dificultar a governança dos APLs nos moldes sugeridos pelo Ministério da Economia, a partir de Núcleos Estaduais de APLs-NEAPL's.

Inicialmente foi realizada videoconferência com a sra Maria Cristina Milani, Analista de Comércio Exterior da Subsecretaria de Indústria do Ministério da Economia - ME, apresentando o resultado da atualização do cadastramento de APLs em nível nacional para o Observatório Brasileiro de APLs do ME. No Acre, dos 14 APLs homologados pelo extinto MDIC, apenas 2 foram cadastrados para o Observatório: (1) Avicultura, tendo como cidade polo Brasiléia, e (2) Moveleiro, com sede em Rio Branco.

Em seguida a COGPE/SUDAM apresentou seus instrumentos de ação para o fomento de APLs na região, com destaque para os projetos indicados pelo estado por ocasião da elaboração da Carteira de Projetos do PRDA 2020- 2023, que são passíveis de serem apoiados pelas ações orçamentárias da SUDAM, condicionadas à disponibilidade de recursos, sendo 1 no setor da Mandioca, 1 na Fruticultura e 1 no setor de Produtos Florestais não Madeireiros.

Por último, discutiu-se com os presentes as dificuldades e alternativas para implantação de uma política centralizada de fomento aos APLs no Estado e como principais encaminhamentos, tivemos a solicitação de criação/reestruturação do NEAPL-AC e, posterior inserção da SUDAM no Núcleo, e/ou a indicação de uma estratégia alternativa, por parte do Estado, que permita a discussão e o alinhamento de políticas públicas federais e estaduais em torno do fortalecimento de APLs, conforme o acordado entre esta SUDAM, o ME e os representantes da SEPA/AC, o que foi impulsionado em Ofício desta SUDAM à SEPA e Casa Civil do Acre, em 26/08/2021.

• ACRE

FUNDOS, ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Foi realizada uma reunião da equipe da DGFAI com a presença da FIEAC, FAEAC E Governo do Estado, onde foram apresentados os Incentivos Fiscais, o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) visando criar planos de ação em conjunto com as secretarias de governo, agências de desenvolvimento, federações de agricultura, pecuária, indústria, No Acre, as reuniões técnicas ocorreram na sede da Federação das Indústrias do estado do Acre - FIEAC, com a participação de representante da FAEAC, e na sede da SEFAZ do Estado.

ACRE



• AMAPÁ

CONVÊNIOS

Oficina "Boas Práticas em Convênios", realizada no Auditório do Palácio do Setentrião – Sede do Governo, com as instituições participantes: Secretarias de Governo do Estado do Amapá.

A Coordenação-Geral de Convênios e Monitoramento - CGCOM participou com equipes formada por coordenador(es) e técnico(s) das Coordenações: Coordenação de Convênios e Monitoramento - CCM e Coordenação de Prestação de Contas - CPC e Divisão de Análise e Monitoramento de Prestação de Contas Financeira de Convênios – DAMP, que estabeleceram um diálogo junto aos Municípios, às Secretarias Estaduais e Associações de Municípios visando:

- Promover sincronia entre os convenentes e a Sudam na execução dos convênios;
- Compartilhar informações sobre etapas do convênio e problemas enfrentados pelos envolvidos;
- Orientar os convenentes na apresentação de proposta e de Projeto Básico de acordo com os parâmetros adotados pela Sudam;
- Ajudar preventivamente os convenentes na superação dos entraves na execução de convênios;
- Preparar potenciais convenentes para as oportunidades futuras quando ao acesso a recursos;
- Reduzir os riscos de impropriedades e irregularidades na execução do convênio a fim de evitar problemas na prestação de contas e/ou perdas de recursos.

A programação das oficinas de Boas Práticas em Convênios foi dividida em duas partes:

Primeiro momento - havia uma explanação sobre a Sudam e os objetivos das visitas aos estados e o alinhamento da execução dos convênios às Carteiras de Projeto do PRDA. Em seguida, foi realizada a apresentação do uso da Plataforma +Brasil para cadastramento de propostas e plano de trabalho, documentos necessários para apresentação de Projeto básico e termo de referência, execução e prestação de contas, o passo a passo da cartilha.

Segundo momento - ocorriam as Oficinas com dúvidas pontuais sobre convênios celebrados entre a SUDAM e as Instituições participantes.

ACADEMIA

As agendas específicas foram realizadas junto às Universidades Federais, Estaduais, Secretarias de Ciência e Tecnologia, Fundações de Amparo à Pesquisa, Embrapa, Institutos Federais de Educação e INPA.

As reuniões foram conduzidas com a apresentação da COGID sobre a Missão, Instrumentos e Plataforma de CT&I e em seguida foi realizada a discussão sobre os projetos em andamento e demandas das Instituições quantificadas e qualificadas através do preenchimento do Formulário Google.

• AMAPÁ

CIRCUITOS PRODUTIVOS

A reunião, ocorrida no dia 21/09/21, contou com a participação do Superintendente da Agência de Desenvolvimento do Amapá, seus técnicos e outros técnicos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural.

A técnica do Ministério da Economia, Maria Cristina Milano apresentou o trabalho da consultoria contratada por esse Ministério sobre a atualização dos arranjos produtivos no Observatório Nacional de APLs. O Núcleo Estadual de APLs no Amapá encontra-se desmobilizado, assim como as ações do Comitê Gestor do Polo Tucuju – rota do açaí.

Foi pontuado que até 2010, o Estado estava trabalhando com 12 arranjos produtivos locais: produtos derivados do açaí, madeira e móveis, grãos, mandiocultura, hortifrutigranjeiros, pesca artesanal, pecuária de corte, fruticultura, bioindústria, complexo oleiro-cerâmico, apicultura e turismo. Com a mudança de governo este assunto não constituiu mais prioridade para o Estado, apesar do Amapá ter um Núcleo Estadual de APLs, que, também por sua vez, está desmobilizado.

Nessa reunião foram apresentadas as oportunidades de atração de investimentos no Amapá para o período 2015 a 2022, quais sejam: mineração, bioeconomia, cadeia produtiva do agronegócio, energias limpas, produção de alimentos, logística para o comércio exterior, incentivos fiscais e concessão florestal: FLONA e FLOTA.

O Amapá apresenta aptidão para o agronegócio pelos fatores naturais, como solo, topografia, chuvas, temperaturas e luminosidade, fatores estes, extremamente favoráveis ao desenvolvimento de lavouras. 400mil hectares do cerrado são propícios para a produção de grãos, o que possibilitou fazer uma estimativa de que a produção de soja e milho poderá chegar até a 2,8 milhões, em médio prazo. Além do mais, a consolidação de um conjunto de projetos logísticos abriu novas rotas para escoar a produção agrícola do Centro-Oeste pelos portos do Arco Norte, a faixa do litoral brasileiro entre o Maranhão e o Amapá.

O estado também possui potencial para o desenvolvimento da agroindústria: vasta variedade de ingredientes como sementes, frutas e oleaginosas e, ainda, um ambiente de negócios favorável para se tornar competitivo, de acordo com o Senhor Joselito da Agência Amapá.

Possui o segundo maior rebanho bubalino do País, como vantagem de sua localização geográfica, com maior proximidade dos maiores centros consumidores do mundo, vez que está geograficamente mais próximo de grandes mercados consumidores como Estados Unidos, China e Europa, além do Platô das Guianas e Caribe, apresentando vantagens consideráveis para o comércio internacional.

A aquicultura e pesca oferecem também uma oportunidade para investimento, considerando que sua costa atlântica possui mais de 600 quilômetros e recebe parte das águas e do pescado do rio Amazonas, rico em biodiversidade, portanto, excelentes oportunidades de negócio para investimento na indústria pesqueira. Quanto à aquicultura,

AMAPÁ

• AMAPÁ

3,4% da sua superfície total equivalem a rios, igarapés, lagos, barragens e campos alagados, que possuem condições favoráveis para a aquicultura.

Em relação aos recursos minerais, o Amapá, além da exploração de ouro, ferro, cromo, manganês, caulim, água mineral, areia, seixo, brita e argila, o Estado tem potencial para minerais estratégicos como, nióbio, tântalo, urânio e titânio. Uma outra possibilidade relevante para o desenvolvimento da economia do Estado é a exploração de petróleo e gás na região da bacia da foz do Amazonas.

O Amapá tem grande potencial para geração de energia limpa, tal como, localização estratégica e incidência solar na linha do Equador. Potencial para geração de energia solar e eólica. Atualmente, possui 4 hidrelétricas, gerando 940 MW, UHE Cadeirão (220 MW) UHE Coaracy Nunes (78 MW), UHE Ferreira Gomes (252 MW), UHE Santo Antônio (390 MW) e Termoelétrica Eletronorte (156,8MW).

Os instrumentos do Estado para atrair investimentos são: incentivos fiscais e financeiros (área de livre comércio de Macapá e Santana, Zona Franca Verde de Macapá e Santana, IPI, II, PIS E COFINS, legislação para atração de investimentos – Lei nº 0775/2003 -, Corredor de Importação – Decreto nº 1780/2019 – Zona Franca Verde estadual – Lei nº 2.217/2017); Incentivos financeiros (FNO, Fundo de Desenvolvimento Rural do Amapá – FRAP e FDA; Incentivos locacionais (Distrito Industrial de Macapá-Santana; Distrito Industrial Porto do Céu e Distrito Industrial de Mazagão.

Os problemas apresentados do setor produtivo são: ração, alevinos, estatística de pesca, regularização fundiária, zoneamento e licenciamento ambiental. Os arranjos produtivos priorizados são: piscicultura, turismo, madeira e móveis e açai.

FUNDOS, ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Apresentação dos Incentivos Fiscais, do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) visando criar planos de ação em conjunto com as secretarias de governo, agências de desenvolvimento, federações de agricultura, pecuária, indústria e Sebrae. No Amapá, as reuniões ocorreram no auditório da Agência de Desenvolvimento Econômico do Amapá – Agência Amapá (20/09/2021) e na sede do Sebrae – AP (21/09/2021) e contaram com a participação de representantes da Agência, do Sebrae e de outras federações. Nas reuniões, foram apresentados os instrumentos de ação da Sudam, com foco nas principais linhas de financiamento e recursos disponíveis dos Fundos (FDA e FNO) para o estado do Amapá, e de mecanismos para destravar o acesso ao crédito do FNO problemas de regularização fundiária e demora na análise pelo fato dos pleitos do FNO passarem por análise em Belém – PA.

• AMAPÁ



AMAPÁ

• MARANHÃO

CONVÊNIOS

Oficina "Boas Práticas em Convênios", realizada na Escola de Governo do Maranhão – EGMA, com as instituições participantes: Secretarias de Governo do Estado do Maranhão e Representação de Convênios em Brasília.

A Coordenação-Geral de Convênios e Monitoramento - CGCOM participou com equipes formada por coordenador(es) e técnico(s) das Coordenações: Coordenação de Convênios e Monitoramento - CCM e Coordenação de Prestação de Contas - CPC e Divisão de Análise e Monitoramento de Prestação de Contas Financeira de Convênios – DAMP, que estabeleceram um diálogo junto aos Municípios, às Secretarias Estaduais e Associações de Municípios visando:

- Promover sincronia entre os convenentes e a Sudam na execução dos convênios;
- Compartilhar informações sobre etapas do convênio e problemas enfrentados pelas envolvidas;
- Orientar os convenentes na apresentação de proposta e de Projeto Básico de acordo com os parâmetros adotados pela Sudam;
- Ajudar preventivamente os convenentes na superação dos entraves na execução de convênios;
- Preparar potenciais convenentes para as oportunidades futuras quando ao acesso a recursos;
- Reduzir os riscos de impropriedades e irregularidades na execução do convênio a fim de evitar problemas na prestação de contas e/ou perdas de recursos.

A programação das oficinas de Boas Práticas em Convênios foi dividida em duas partes:

Primeiro momento - havia uma explanação sobre a Sudam e os objetivos das visitas aos estados e o alinhamento da execução dos convênios às Carteiras de Projeto do PRDA. Em seguida, foi realizada a apresentação do uso da Plataforma +Brasil para cadastramento de propostas e plano de trabalho, documentos necessários para apresentação de Projeto básico e termo de referência, execução e prestação de contas, o passo a passo da cartilha.

Segundo momento - ocorriam as Oficinas com dúvidas pontuais sobre convênios celebrados entre a SUDAM e as Instituições participantes.

ACADEMIA

As agendas específicas foram realizadas junto às Universidades Federais, Estaduais, Secretarias de Ciência e Tecnologia, Fundações de Amparo à Pesquisa, Embrapa, Institutos Federais de Educação e INPA.

As reuniões foram conduzidas com a apresentação da COGID sobre a Missão, Instrumentos e Plataforma de CT&I e em seguida foi realizada a discussão sobre os projetos em andamento e demandas das Instituições quantificadas e qualificadas através do preenchimento do Formulário Google.

• MARANHÃO

CIRCUITOS PRODUTIVOS

A COGPE/SUDAM reuniu-se com representantes da SAGRIMA e outras Secretarias de Estado, como SAF, SEDES e demais parceiros institucionais, com o objetivo de demonstrar a experiência da SUDAM no fortalecimento de APLs e alinhar a governança e ações junto ao Estado, para o fomento de APLs em nível estadual e federal.

O NEAPL-MA está desestruturado, sobretudo, por conta das mudanças internas ocorridas nas equipes das Secretarias de Estado diante da mudança de governo em nível estadual, o que acarretou em perda de memória institucional e afetou a continuidade das ações do Núcleo. Acrescente-se também que mudanças em nível federal, como a extinção do antigo MDIC em 2019 e incorporação de suas ações pelo então Ministério da Economia, dificultaram a governança e coordenação da política e ações voltadas para o fomento de APLs junto aos Estados, por parte do Governo Federal.

No entanto, o Governo do Maranhão apresenta um modelo de governança estadual voltado para a coordenação de ações para o fortalecimento de APLs, materializado no Sistema de Produção e Abastecimento – SEPAB, que reúne diversas Secretarias de Estado ligadas ao setor produtivo e apresenta, dentre suas ações, a condução do Programa Mais Produção, o qual visa fomentar o setor agrícola, pecuário e pesqueiro, desde a produção, beneficiamento, distribuição e comercialização e abastecimento do Estado.

O encontro se iniciou com videoconferência conduzida pela Sr^a Maria Cristina Milani, Analista de Comércio Exterior da Subsecretaria de Indústria do Ministério da Economia - ME, apresentando o resultado da atualização do cadastramento de APLs em nível nacional para o Observatório Brasileiro de APLs do ME, com destaque para os APLs cadastrados no Maranhão em 2021 e seus respectivos territórios: Apicultura (Sertão Maranhense); Avicultura Familiar Caipira Caipirão Corte e Postura (Cocais); Bovinocultura de Corte (Centro Sul Maranhense); Bovinocultura de Leite (Cerrado Amazônico; Médio Mearim e Vale do Mearim) e Mandiocultura (Vale do Itapecuru e Norte Maranhense), totalizando 08 APLs cadastrados pelo ME.

Em seguida a COGPE/SUDAM apresentou seus instrumentos de ação para o fomento de APLs na área de atuação da SUDAM no Estado, circunscrita ao território à oeste do Meridiano 44º e abrangendo 181 municípios maranhenses, destacando, inclusive, os projetos enviados pelo Maranhão por ocasião da elaboração da Carteira de Projetos do PRDA 2020-2023, que são apoiáveis pelas ações orçamentárias da SUDAM, como a 214s, desde que haja disponibilização de recursos: 3 projetos ligados ao setor da Piscicultura e 1 do setor da Mandiocultura.

Outro destaque apresentado foi a parceria da SUDAM na implantação do Programa Rotas de Integração Nacional na Amazônia pelo MDR, sendo informado posteriormente que existe um polo da Rota do Cordeiro desde 2017 (polo Baixo Parnaíba). No entanto, com abrangência territorial em municípios majoritariamente pertencentes à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE, na região do agreste maranhense, com sede no município de Chapadinha e totalizando 14 municípios.

MARANHÃO

• MARANHÃO

Por último, a SAGRIMA demonstrou como o SEPAB está estruturado, dando destaque para as ações realizadas e projetos levantados em torno das principais cadeias produtivas no Estado entre 2016 e 2021, como a da Pesca e Aquicultura, conduzidas pelo Programa Mais Pescado, e a de Apicultura, ambas localizadas em territórios sob a área de atuação da SUDAM, sendo também disponibilizado pela SAGRIMA as ações realizadas em outras cadeias produtivas igualmente importantes, como a do Arroz, Leite e Derivados, Carne/Couro e Hortifruticultura.

Como principais encaminhamentos do Encontro Técnico realizado, tivemos o compromisso da SAGRIMA/SEPAB na atualização de contatos e recadastramento de APLs para o ME, o impulso para criação/reestruturação do NEAPL-MA junto à SUDAM e ME, com a emissão posterior de Ofício da SUDAM à SAGRIMA e ME em 11/11/2021, e a solicitação de criação de novas Rotas de Integração no Estado (a princípio, a Rota do Peixe e do Mel), entre o Governo do Maranhão e o MDR.

FUNDOS, ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Houve a apresentação dos Incentivos Fiscais, do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) visando criar planos de ação em conjunto com as secretarias de governo, agências de desenvolvimento, federações de agricultura, pecuária, indústria, Sebrae, entre outros, para maior eficiência destes instrumentos na atração e manutenção de investimentos na região da Amazônia Legal. Foi realizado também encontro técnico na sede da FIEMA, com representantes da FIEMA e FAEMA para divulgação e coleta de informações sobre os incentivos fiscais administrados pela Sudam e o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA.

MARANHÃO



• MARANHÃO



MARANHÃO



• MATO GROSSO

CONVÊNIOS

Oficina "Boas Práticas em Convênios", realizada na Associação Mato-Grossense dos Municípios, com as instituições participantes: Associação Mato-Grossense dos Municípios.

A Coordenação-Geral de Convênios e Monitoramento - CGCOM participou com equipes formada por coordenador(es) e técnico(s) das Coordenações: Coordenação de Convênios e Monitoramento - CCM e Coordenação de Prestação de Contas - CPC e Divisão de Análise e Monitoramento de Prestação de Contas Financeira de Convênios – DAMP, que estabeleceram um diálogo junto aos Municípios, às Secretarias Estaduais e Associações de Municípios visando:

- Promover sincronia entre os convenientes e a Sudam na execução dos convênios;
- Compartilhar informações sobre etapas do convênio e problemas enfrentados pelas envolvidas;
- Orientar os convenientes na apresentação de proposta e de Projeto Básico de acordo com os parâmetros adotados pela Sudam;
- Ajudar preventivamente os convenientes na superação dos entraves na execução de convênios;
- Preparar potenciais convenientes para as oportunidades futuras quando ao acesso a recursos;
- Reduzir os riscos de impropriedades e irregularidades na execução do convênio a fim de evitar problemas na prestação de contas e/ou perdas de recursos.

A programação das oficinas de Boas Práticas em Convênios foi dividida em duas partes:

Primeiro momento - havia uma explanação sobre a Sudam e os objetivos das visitas aos estados e o alinhamento da execução dos convênios às Carteiras de Projeto do PRDA. Em seguida, foi realizada a apresentação do uso da Plataforma +Brasil para cadastramento de propostas e plano de trabalho, documentos necessários para apresentação de Projeto básico e termo de referência, execução e prestação de contas, o passo a passo da cartilha.

Segundo momento - ocorriam as Oficinas com dúvidas pontuais sobre convênios celebrados entre a SUDAM e as Instituições participantes.

ACADEMIA

As agendas específicas foram realizadas junto às Universidades Federais, Estaduais, Secretarias de Ciência e Tecnologia, Fundações de Amparo à Pesquisa, Embrapa, Institutos Federais de Educação e INPA.

As reuniões foram conduzidas com a apresentação da COGID sobre a Missão, Instrumentos e Plataforma de CT&I e em seguida foi realizada a discussão sobre os projetos em andamento e demandas das Instituições quantificadas e qualificadas através do preenchimento do Formulário Google.

• MATO GROSSO

CIRCUITOS PRODUTIVOS

A COGPE/SUDAM reuniu-se com representantes da SEDEC-MT, coordenadora do NEAPL-MT, com o objetivo de apresentar a experiência da SUDAM no fortalecimento de APLs e alinhar o planejamento das ações do NEAPL-MT com a SUDAM e o ME para o fomento de APLs em nível estadual e federal.

O NEAPL-MT está devidamente instalado e regulamentado no Estado do Mato Grosso, sendo a SUDAM membro efetivo do Núcleo desde março de 2021, pelo Decreto nº 862, de 15 de março de 2021. No entanto, devido as desarticulações institucionais decorrentes da irrupção da Pandemia do COVID19 desde 2020, o referido Núcleo encontra-se em processo de retomada de ações com os parceiros institucionais estaduais e federais, como o ME.

Inicialmente foi realizado videoconferência com a sra Maria Cristina Milani, Analista de Comércio Exterior da Subsecretaria de Indústria do Ministério da Economia-ME, apresentando o resultado da atualização do cadastramento de APLs em nível nacional para o Observatório Brasileiro de APLs do ME, muito embora nenhum dos 22 APLs do Mato Grosso que haviam sido informados ao extinto MDIC, atual ME, tenha sido cadastrado nesse trabalho e, no Observatório, conste apenas 2 APLs: (1) Móveis de Cuiabá e Várzea Grande e (2) Agregados Para Construção Civil (Brita, Areia, Cascalho) e Gemas, Jóias, Metais preciosos e Afins, na região do entorno de Cuiabá.

Em seguida a COGPE/SUDAM apresentou seus instrumentos de ação para o fomento de APLs no Estado, com destaque para a parceria com o MDR e a projeção de novas Rotas de Integração possíveis de serem implantadas no Mato Grosso, como a Rota do Cacau no noroeste do Estado, em torno dos municípios de Alta Floresta, Colniza, Juína e Rondolândia. Também foi ressaltado os projetos indicados pelo Estado por ocasião da elaboração da Carteira de Projetos do PRDA 2020-2023, sendo 1 no setor produtivo da Piscicultura/Aquicultura e 3 no setor do Turismo, passíveis de serem apoiados pelas ações orçamentárias da Autarquia, caso haja disponibilização de recursos.

Após esse momento, a SEDEC, por meio da Secretaria Adjunta de Desenvolvimento do Ecossistema Empreendedor - SADEE, apresentou os dispositivos legais que regulamentam o NEAPL-MT, a composição, objetivos e os critérios para seleção e definição dos APLs pelo Estado, bem como as formas de apoio do Núcleo, orientando a elaboração de Planos de Desenvolvimento Preliminar – PDP de cada APL identificado e desenvolvendo ações de apoio em conjunto com os parceiros institucionais do Núcleo.

Nesse Encontro Técnico, a SEDEC informou ainda que, os principais APLs ativos no Estado são os relacionados ao setor de (1) madeira e móveis e (2) vestuário e, posteriormente, em reunião do NEAPL-MT realizada no dia posterior à reunião com a SUDAM, acordou-se com os membros do Núcleo a elaboração do PDP do APL de Vestuário de Cuiabá até o final de 2021.

Por fim, a COGPE/SUDAM procurou demonstrar que participação da Autarquia no Núcleo objetiva o acompanhamento das discussões e alinhamento de ações em torno de APLs, bem como oferecer apoio técnico e financeiro às ações promovidas pelo NEAPL-MT,

MATO
GROSSO



• MATO GROSSO

condicionada à disponibilidade orçamentária da SUDAM. O encontro teve como principal encaminhamento o compromisso de buscar o alinhamento de ações de fortalecimento das cadeias produtivas locais entre os órgãos federais, como a SUDAM, MDR, MAPA e ME, e os parceiros institucionais do NEAPL-MT.

FUNDOS, ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Apresentação dos Incentivos Fiscais, do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) visando criar planos de ação em conjunto com as secretarias de governo, agências de desenvolvimento, federações de agricultura, pecuária, indústria, Sebrae. Para maior eficiência desses instrumentos na atração e manutenção de investimentos na região da Amazônia Legal Nas reuniões, foram apresentados os instrumentos de ação da Sudam, com foco no Sistema de Incentivos Fiscais (SIN) e da participação do estado no montante de projetos aprovados.



MATO
GROSSO

• PARÁ

CONVÊNIOS

Oficina "Boas Práticas em Convênios", realizada na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sala de Treinamento, com as instituições participantes: Associação dos Municípios do Marajó, Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará.

A Coordenação-Geral de Convênios e Monitoramento - CGCOM participou com equipes formada por coordenador(es) e técnico(s) das Coordenações: Coordenação de Convênios e Monitoramento - CCM e Coordenação de Prestação de Contas - CPC e Divisão de Análise e Monitoramento de Prestação de Contas Financeira de Convênios – DAMP, que estabeleceram um diálogo junto aos Municípios, às Secretarias Estaduais e Associações de Municípios visando:

- Promover sincronia entre os convenentes e a Sudam na execução dos convênios;
- Compartilhar informações sobre etapas do convênio e problemas enfrentados pelas envolvidas;
- Orientar os convenentes na apresentação de proposta e de Projeto Básico de acordo com os parâmetros adotados pela Sudam;
- Ajudar preventivamente os convenentes na superação dos entraves na execução de convênios;
- Preparar potenciais convenentes para as oportunidades futuras quando ao acesso a recursos;
- Reduzir os riscos de impropriedades e irregularidades na execução do convênio a fim de evitar problemas na prestação de contas e/ou perdas de recursos.

A programação das oficinas de Boas Práticas em Convênios foi dividida em duas partes:

Primeiro momento - havia uma explanação sobre a Sudam e os objetivos das visitas aos estados e o alinhamento da execução dos convênios às Carteiras de Projeto do PRDA. Em seguida, foi realizada a apresentação do uso da Plataforma +Brasil para cadastramento de propostas e plano de trabalho, documentos necessários para apresentação de Projeto básico e termo de referência, execução e prestação de contas, o passo a passo da cartilha.

Segundo momento - ocorriam as Oficinas com dúvidas pontuais sobre convênios celebrados entre a SUDAM e as Instituições participantes.

ACADEMIA

As agendas específicas foram realizadas junto às Universidades Federais, Estaduais, Secretarias de Ciência e Tecnologia, Fundações de Amparo à Pesquisa, Embrapa, Institutos Federais de Educação e INPA.

As reuniões foram conduzidas com a apresentação da COGID sobre a Missão, Instrumentos e Plataforma de CT&I e em seguida foi realizada a discussão sobre os projetos em andamento e demandas das Instituições quantificadas e qualificadas através do preenchimento do Formulário Google.

• PARÁ

CIRCUITOS PRODUTIVOS

A COGPE/SUDAM reuniu-se na sede da SEDEME-PA, coordenadora do NEAPL-PA, juntamente com outros parceiros institucionais, como Banco da Amazônia, SEBRAE, SEDAP, ADEPARÁ e Sistema OCB-PA, objetivando dar a conhecer a experiência da SUDAM no fortalecimento de APLs e alinhar ações entre os parceiros institucionais do NEAPL-PA para o fomento de APLs em nível estadual e federal.

O referido Núcleo está instalado e regulamentado junto ao Governo do Estado, tendo a SUDAM como um de seus membros efetivos. No entanto, o NEAPL-PA também se encontra em processo de reorganização, tendo em vista a irrupção da Pandemia do COVID 19 em 2020, as mudanças internas ocorridas nas equipes da SEDEME, por conta da troca de governo em nível estadual e as mudanças ocorridas na equipe do Ministério da Economia, ao absorver as funções do extinto MDIC em 2019.

Inicialmente foi realizada videoconferência com a sra Maria Cristina Milani, Analista de Comércio Exterior da Subsecretaria de Indústria do Ministério da Economia - ME, apresentando o resultado da atualização do cadastramento de APLs em nível nacional para o Observatório Brasileiro de APLs do ME, ainda que nenhum dos 36 APLs do Pará, que haviam sido informados ao extinto MDIC, atual ME, tenha sido cadastrados nesse trabalho e, portanto, não conste ainda APLs do Estado no Observatório.

Em seguida a COGPE/SUDAM apresentou seus instrumentos de ação para o fomento de APLs na região, com destaque para a parceria com o MDR na condução do Programa Rotas de Integração Nacional, que conta com 3 polos da Rota do Açaí (polos Baixo Tocantins, Nordeste Paraense e Marajó Floresta) e 1 polo da Rota do Cacau (polo Transamazônica) consolidados no Estado, e 1 polo da Rota do Mel (Sudeste Paraense) em implantação.

A COGPE/SUDAM apontou ainda os projetos indicados pelo Estado por ocasião da elaboração da Carteira de Projetos do PRDA 2020-2023, nos setores produtivos da Fruticultura e Piscicultura/Aquicultura, passíveis de serem apoiados pelas ações orçamentárias da Autarquia, dependendo da disponibilização de recursos da SUDAM, destacando ainda que o fomento ao setor da Fruticultura também está alinhado às ações do MDR, como uma das prioridades do Programa Rotas de Integração Nacional no Estado.

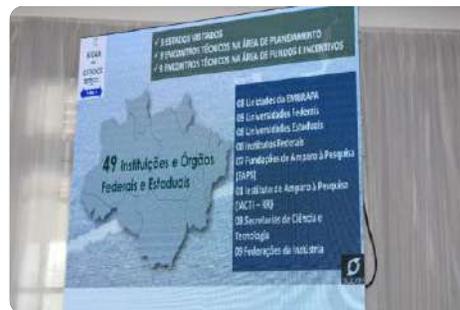
A partir de então a SEDEME disponibilizou relação de 18 APLs em trabalho de reorganização no Estado, destacando os APLs “Açaí Marajó Floresta”, “Açaí do Nordeste Paraense”, “Queijo do Marajó” e “Açaí Irrigado” para serem incluídos no Observatório Brasileiro de APLs. Por fim, discutiu-se com os presentes uma forma de alinhar ações entre as esferas estaduais (SEDEME, SEDAP, demais Secretarias de Estado) e federais (MAPA, MDR, ME, EMBRAPA) para o fortalecimento de APLs no Estado.

Como principais encaminhamentos, a SEDEME ficou de reencaminhar ao ME, os formulários atualizados de APLs do NEAPL PA em sua totalidade, para cadastramento no Observatório Brasileiro de APLs. E quanto à SUDAM, sugeriu-se a inclusão da Autarquia nas Câmaras Setoriais Estaduais, para acompanhamento das principais políticas públicas e ações voltadas para fortalecimento de APLs no âmbito do Estado.

• PARÁ

FUNDOS, ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Encontro Técnico com FIEPA, FAEPA e Fecomércio para Divulgação e Coleta de Informações sobre os Incentivos Fiscais Administrados pela SUDAM, Fundo Constitucional do Norte - FNO e o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA Apresentação dos Incentivos Fiscais, do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) visando maior eficiência desses instrumentos na atração e manutenção de investimentos na região da Amazônia Legal. Na reunião realizada em 14/12/2021 na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia – SEDEME, foram discutidas as principais linhas de financiamento e recursos dos Fundos (FDA e FNO) as modalidades de incentivos fiscais da Sudam e do estado do Pará.



PARÁ

• RONDÔNIA

CONVÊNIOS

Oficina "Boas Práticas em Convênios", realizada no Auditório do Palácio Rio Madeira, com as instituições participantes: Secretarias de Governo do Estado de Rondônia.

A Coordenação-Geral de Convênios e Monitoramento - CGCOM participou com equipes formada por coordenador(es) e técnico(s) das Coordenações: Coordenação de Convênios e Monitoramento - CCM e Coordenação de Prestação de Contas - CPC e Divisão de Análise e Monitoramento de Prestação de Contas Financeira de Convênios – DAMP, que estabeleceram um diálogo junto aos Municípios, às Secretarias Estaduais e Associações de Municípios visando:

- Promover sincronia entre os convenentes e a Sudam na execução dos convênios;
- Compartilhar informações sobre etapas do convênio e problemas enfrentados pelas envolvidas;
- Orientar os convenentes na apresentação de proposta e de Projeto Básico de acordo com os parâmetros adotados pela Sudam;
- Ajudar preventivamente os convenentes na superação dos entraves na execução de convênios;
- Preparar potenciais convenentes para as oportunidades futuras quando ao acesso a recursos;
- Reduzir os riscos de impropriedades e irregularidades na execução do convênio a fim de evitar problemas na prestação de contas e/ou perdas de recursos.

A programação das oficinas de Boas Práticas em Convênios foi dividida em duas partes:

Primeiro momento - havia uma explanação sobre a Sudam e os objetivos das visitas aos estados e o alinhamento da execução dos convênios às Carteiras de Projeto do PRDA. Em seguida, foi realizada a apresentação do uso da Plataforma +Brasil para cadastramento de propostas e plano de trabalho, documentos necessários para apresentação de Projeto básico e termo de referência, execução e prestação de contas, o passo a passo da cartilha.

Segundo momento - ocorriam as Oficinas com dúvidas pontuais sobre convênios celebrados entre a SUDAM e as Instituições participantes.

ACADEMIA

As agendas específicas foram realizadas junto às Universidades Federais, Estaduais, Secretarias de Ciência e Tecnologia, Fundações de Amparo à Pesquisa, Embrapa, Institutos Federais de Educação e INPA.

As reuniões foram conduzidas com a apresentação da COGID sobre a Missão, Instrumentos e Plataforma de CT&I e em seguida foi realizada a discussão sobre os projetos em andamento e demandas das Instituições quantificadas e qualificadas através do preenchimento do Formulário Google.

• RONDÔNIA

CIRCUITOS PRODUTIVOS

A COGPE/SUDAM reuniu-se no Palácio Rio Madeira com a SEAGRI-RO, coordenadora do NEAPL-RO e outros órgãos de Estado, como Casa Civil, IDARON, SETUR, SESAM, SEPOG, SISPAR, IFRO, dentre outros que estiveram presentes por videoconferência, com o objetivo de apresentar a experiência da SUDAM no fortalecimento de APLs e alinhar ações entre os parceiros institucionais para o fomento de APLs em nível estadual e federal.

Inicialmente foi realizada videoconferência com a Sr^a Maria Cristina Milani, Analista de Comércio Exterior da Subsecretaria de Indústria do Ministério da Economia-ME, apresentando o resultado da atualização do cadastramento de APLs em nível nacional para o Observatório Brasileiro de APLs do ME, visto que o Núcleo já tinha recebido 2 capacitações do ME, uma sobre Políticas Públicas para APLs e outra sobre Governança e Gestão de APLs.

Em Rondônia, do total de 18 APLs homologados pelo extinto MDIC, apenas 2 foram cadastradas para o Observatório Brasileiro de APLs, o de (1) Industrial de Confecções, tendo como cidade polo Pimenta Bueno, e o de (2) Sistema agroflorestal, com sede em Ouro Preto do Oeste. O Núcleo ainda está pendente com o ME para o recadastro dos demais APLs homologados no Estado.

A COGPE/SUDAM apresentou seus instrumentos de ação para o fomento de APLs na região, com destaque para a parceria da SUDAM com o MDR na execução do Programa Rotas de Integração Nacional na Amazônia, destacando, inclusive, as tratativas recentes para implantação da Rota do Cacau em Rondônia, a partir de ações iniciais patrocinada pelo MDR (Concurso de Qualidade do Cacau e elaboração do Plano de Desenvolvimento da Rota do Cacau em Rondônia).

Também foi apresentado os projetos indicados pelo Estado, por ocasião de elaboração da Carteira de Projetos do PRDA 2020-2023, que são passíveis de apoio pelas ações orçamentárias da SUDAM, desde que haja disponibilidade de recursos, sendo 1 no setor da Fruticultura, 1 no setor da Piscicultura/Aquicultura, 2 de Produtos Florestais não Madeireiros e 2 no setor do Turismo.

Por fim, a SEAGRI-RO demonstrou como o NEAPL-RO está se reestruturando, apresentando o Plano de Ação que vem sendo cumprido em 2021, contendo a institucionalização do Núcleo, mapeamento de APLs homologados no Estado, plano de capacitação para os membros do NEAPL-RO, elaboração do Programa de desenvolvimento dos APLs de Rondônia e o estabelecimento do Arquivo Institucional contendo a documentação produzida no âmbito do NEAPL-RO.

A SEAGRI-RO destacou importantes ações do Núcleo no incentivo à governança local de APLs junto com as prefeituras, associações, bancos, empresas e agroindústrias do Estado, assim como os maiores desafios à formação de governança, como o fomento ao associativismo, a regularização das propriedades, a segurança alimentar e a elaboração de projetos de desenvolvimento.

RONDÔNIA

• RONDÔNIA

O Núcleo informou ainda que, dentre os APLs de maior destaque no Estado está a (1) Apicultura em Vilhena; a (2) Pecuária e Leite em Ji Paraná; a (3) Piscicultura em Ariquemes e Pimenta Bueno, bem como o de (4) Confecções em Pimenta Bueno. E como principal produto do encontro tivemos a inserção e indicação de representantes da SUDAM para o NEAPL-RO, em ofício encaminhado à SEAGRI-RO em 26/08/2021.

FUNDOS, ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

A equipe da DGFAI reuniu-se com as instituições: FIERO, FAPERON e Sebrae-RO e, posteriormente, reuniu-se com a equipe da coordenadoria da Superintendência de Desenvolvimento Econômico e Infraestrutura (Sedi) e Invest Rondônia.

Rondônia é um polo agrícola importante dentre os estados do Norte brasileiro e dessa forma é um dos 3 estados que se mantém com maiores destinos de recursos do FNO. Em Rondônia mais de 60% do volume de crédito é direcionado ao setor rural enquanto menos de 10% são para projetos industriais o que indica que é preciso de ações que visem fazer com que o FNO seja um instrumento importante o desenvolvimento industrial do estado. A conclusão dessas reuniões é que os incentivos fiscais precisam ser utilizados de forma mais eficientemente para atrair investimentos com a finalidade de desenvolver o estado especialmente em industrialização de produtos da cadeia agrícola. A apresentação dos incentivos fiscais antes do investimento poderia mudar a tônica de instrumento de manutenção de investimentos para atração de novos investimentos na região.



RONDÔNIA

• RONDÔNIA



RONDÔNIA

• RORAIMA

CONVÊNIOS

Oficina "Boas Práticas em Convênios", realizada no Auditório da Secretaria de Trabalho e Bem-Estar Social, com as instituições participantes: Secretarias de Governo do Estado de Roraima e Secretarias Municipais de Prefeituras de Roraima.

A Coordenação-Geral de Convênios e Monitoramento - CGCOM participou com equipes formada por coordenador(es) e técnico(s) das Coordenações: Coordenação de Convênios e Monitoramento - CCM e Coordenação de Prestação de Contas - CPC e Divisão de Análise e Monitoramento de Prestação de Contas Financeira de Convênios – DAMP, que estabeleceram um diálogo junto aos Municípios, às Secretarias Estaduais e Associações de Municípios visando:

- Promover sincronia entre os convenentes e a Sudam na execução dos convênios;
- Compartilhar informações sobre etapas do convênio e problemas enfrentados pelas envolvidas;
- Orientar os convenentes na apresentação de proposta e de Projeto Básico de acordo com os parâmetros adotados pela Sudam;
- Ajudar preventivamente os convenentes na superação dos entraves na execução de convênios;
- Preparar potenciais convenentes para as oportunidades futuras quando ao acesso a recursos;
- Reduzir os riscos de impropriedades e irregularidades na execução do convênio a fim de evitar problemas na prestação de contas e/ou perdas de recursos.

A programação das oficinas de Boas Práticas em Convênios foi dividida em duas partes:

Primeiro momento - havia uma explanação sobre a Sudam e os objetivos das visitas aos estados e o alinhamento da execução dos convênios às Carteiras de Projeto do PRDA. Em seguida, foi realizada a apresentação do uso da Plataforma +Brasil para cadastramento de propostas e plano de trabalho, documentos necessários para apresentação de Projeto básico e termo de referência, execução e prestação de contas, o passo a passo da cartilha.

Segundo momento - ocorriam as Oficinas com dúvidas pontuais sobre convênios celebrados entre a SUDAM e as Instituições participantes.

ACADEMIA

As agendas específicas foram realizadas junto às Universidades Federais, Estaduais, Secretarias de Ciência e Tecnologia, Fundações de Amparo à Pesquisa, Embrapa, Institutos Federais de Educação e INPA.

As reuniões foram conduzidas com a apresentação da COGID sobre a Missão, Instrumentos e Plataforma de CT&I e em seguida foi realizada a discussão sobre os projetos em andamento e demandas das Instituições quantificadas e qualificadas através do preenchimento do Formulário Google.

RORAIMA



• RORAIMA

CIRCUITOS PRODUTIVOS

A COGPE participou de uma reunião com os técnicos do IACT, acompanhando a técnica e a Coordenadora Geral da COGID. Nessa ocasião, foi comentado que o cacau ocorre no sul de Roraima, nos municípios de São João da Baliza, São Luís e Caroebe. As mudas são distribuídas pela CEPLAC, na proporção de 1ha para 300 famílias. Nessa ocasião, foi enfatizado a necessidade de recursos para extensão rural, constituindo-se esse fato, em um problema. Outro problema mencionado, diz respeito à insuficiência de defesa sanitária e à comercialização, devido a ausência do selo de inspeção municipal, porém o SEBRAE já está trabalhando para sanar esse problema.

A energia, constitui-se em outro problema. Desde 2019, Roraima não recebe mais energia da Venezuela, sendo abastecida por meio de térmicas, que consome óleo diesel, levando energia para as comunidades mais remotas. Ressalta-se que a Sudam, por meio do FNO, financiou a Usina de Jaguatirica II, em Roraima, que justamente traz energia mais limpa ao estado.

Posteriormente, houve uma reunião na Secretaria de Planejamento, iniciando com a apresentação da técnica Cristina Milani do Ministério da Economia, sobre a Política Nacional de APLs e, nessa oportunidade, foi apresentado o trabalho da consultoria contratada pelo Ministério da Economia sobre a atualização dos arranjos produtivos locais no Observatório Nacional de APLs.

O Núcleo Estadual de APLs de Roraima encontra-se desmobilizado, sendo solicitado um apoio para a reestruturação e dinamização desse Núcleo.

De acordo com a metodologia APLICada pela consultoria contratada pelo Ministério da Economia, foram identificados 8 arranjos produtivos em Roraima: agricultura, apicultura, artesanato, fruticultura/frutas processadas no sul do Estado, Grãos, Madeira e Móveis, Pecuária e Piscicultura e Pesca.

No setor de piscicultura, o maior comprador de pescado é o Amazonas, seguido por Rondônia. Tem-se verificado que nas comunidades indígenas, o pescado está desaparecendo, o que se constitui um problema para o Estado. Entretanto, a Secretaria do Índio objetiva desenvolver uma ação voltada ao repovoamento dos lagos.

Roraima possui uma das melhores características para a produção de tambaqui, contudo, há um problema sério de mercado, pois até chegar ao consumidor final, passa por Rondônia (concorrente), e depois chega no Amazonas (que é o principal consumidor), encarecendo o produto.

Outro problema, diz respeito à ração, que é comprada de Mato Grosso, representando, aproximadamente, 85%. Foi comentado que “a piscicultura, atualmente está nas mãos dos grandes, mas também, é um grande potencial para os pequenos pescadores. O problema é que não existe uma Política para a piscicultura em Roraima”.

Historicamente, a principal atividade produtiva é a pecuária de corte. Com relação à fruticultura, o Polo caçaqueiro se localiza nos municípios de Caroebe e São João da Baliza. O cacau de Caroebe se assemelha ao de Medicilândia, além desse, têm um Polo de caju em Normandia e Cajuína e outro de café em Bonfim.

RORAIMA

• RORAIMA

Quanto ao açaí, existe uma sugestão de se constituir um APL porém, como é extraído da várzea, sua produção é sazonal, com venda para o Amazonas. Em relação ao açaí de terra firme, o problema é a irrigação e novos cultivares. Sobre a cadeia produtiva de grãos, a Secretaria está fazendo um levantamento de dados de produção de grãos (soja, arroz...) A ideia é criar um mapa com essas informações. A plantação de soja advém da agricultura familiar e sua comercialização vai pro mercado nacional.

A atividade de turismo está sendo desenvolvida pela adesão de algumas comunidades indígenas, por meio da elaboração de um Plano de Turismo, que envolve também, a parte da gastronomia indígena.

A inovação/tecnologia constitui um vetor para o desenvolvimento. A Política de Inovação é recente no Estado, segundo o Diretor de Inovação da Secretaria de Planejamento e, ainda faltam dados e as informações necessárias para uma melhor definição das políticas. Precisa ser desenvolvido um software, por enquanto, só é desenvolvido para fora do Estado, devido os salários serem baixos. Além do mais, falta mão de obra capacitada. É preciso conectar a nível de sistema as discussões sobre as cadeias de produção e de serviços. Há um problema sério de comunicação. A ideia é criar um “portal”.

Há prospecção para os seguintes APLs: açaí, piscicultura, grãos e inovação e tecnologia. E, ainda: bioeconomia, agronegócio, energia renovável, turismo e TIC. Em suma, os problemas apontados se referem a: Fábrica de ração (diminuição do preço em, aproximadamente, 22%); Sistema de irrigação para o açaí; Crédito para os produtores de soja; Desenvolver a cadeia produtiva da soja; Falta de conectividade (comunicação) entre os arranjos produtivos locais; Comercialização (falta do selo de inspeção municipal); Recursos para a extensão rural; Insuficiência da defesa sanitária; Energia; Falta de mão de obra capacitada em TIC; Comunicação; Falta de um programa de Inovação

FUNDOS, ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Apresentação dos Incentivos Fiscais, do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) visando criar planos de ação em conjunto com as secretarias de governo, agências de desenvolvimento, federações de agricultura, pecuária, indústria, Sebrae, entre outros. Em Roraima, as reuniões ocorreram no auditório da Federação das Indústrias do Estado de Roraima – FIERR e contaram com a participação de representantes da Federação e de outras entidades estaduais. Nas reuniões, foram apresentados os instrumentos de ação da Sudam, com foco nas principais linhas de financiamento e recursos disponíveis dos Fundos (FDA e FNO) para o estado de Roraima, e de mecanismos para destravar o acesso ao crédito do FNO e a baixa atratividade de recursos do FDA no estado.



• RORAIMA



RORAIMA

• TOCANTINS

CONVÊNIOS

Oficina "Boas Práticas em Convênios", realizada no Auditório da Associação Tocantinense de Municípios, com as instituições participantes: Associação Tocantinense de Municípios.

A Coordenação-Geral de Convênios e Monitoramento - CGCOM participou com equipes formada por coordenador(es) e técnico(s) das Coordenações: Coordenação de Convênios e Monitoramento - CCM e Coordenação de Prestação de Contas - CPC e Divisão de Análise e Monitoramento de Prestação de Contas Financeira de Convênios – DAMP, que estabeleceram um diálogo junto aos Municípios, às Secretarias Estaduais e Associações de Municípios visando:

- Promover sincronia entre os convenentes e a Sudam na execução dos convênios;
- Compartilhar informações sobre etapas do convênio e problemas enfrentados pelas envolvidas;
- Orientar os convenentes na apresentação de proposta e de Projeto Básico de acordo com os parâmetros adotados pela Sudam;
- Ajudar preventivamente os convenentes na superação dos entraves na execução de convênios;
- Preparar potenciais convenentes para as oportunidades futuras quando ao acesso a recursos;
- Reduzir os riscos de impropriedades e irregularidades na execução do convênio a fim de evitar problemas na prestação de contas e/ou perdas de recursos.

A programação das oficinas de Boas Práticas em Convênios foi dividida em duas partes:

Primeiro momento - havia uma explanação sobre a Sudam e os objetivos das visitas aos estados e o alinhamento da execução dos convênios às Carteiras de Projeto do PRDA. Em seguida, foi realizada a apresentação do uso da Plataforma +Brasil para cadastramento de propostas e plano de trabalho, documentos necessários para apresentação de Projeto básico e termo de referência, execução e prestação de contas, o passo a passo da cartilha.

Segundo momento - ocorriam as Oficinas com dúvidas pontuais sobre convênios celebrados entre a SUDAM e as Instituições participantes.

ACADEMIA

As agendas específicas foram realizadas junto às Universidades Federais, Estaduais, Secretarias de Ciência e Tecnologia, Fundações de Amparo à Pesquisa, Embrapa, Institutos Federais de Educação e INPA.

As reuniões foram conduzidas com a apresentação da COGID sobre a Missão, Instrumentos e Plataforma de CT&I e em seguida foi realizada a discussão sobre os projetos em andamento e demandas das Instituições quantificadas e qualificadas através do preenchimento do Formulário Google.

• TOCANTINS

CIRCUITOS PRODUTIVOS

Houve uma reunião com a presença do Diretor da DPLAN da SUDAM, André Carioca; Aline W Dias da COGPE/SUDAM; Diretora de Indústria e Comércio e Serviços; Secretário de Indústria e Comércio, Tom Lyra; Secretário de Agricultura, Nivaldo Mendonça e o Coordenador do Núcleo Estadual de APL - NEAPL, Marcondes Martins da Secretaria de Indústria e Comércio.

A reunião iniciou com a apresentação da técnica do Ministério da Economia Cristina Milani, que falou sobre os APLs cadastrados do Estado e atualizados no Observatório Brasileiro de APLs. Deve-se ressaltar que o Núcleo Estadual encontra-se instalado e bem conduzido, com realização de reuniões periódicas e participação de todos seus integrantes.

Posteriormente, aconteceu a fala da SUDAM/COGPE que apresentou a atuação da SUDAM voltada para o desenvolvimento /fortalecimento dos arranjos produtivos locais. Destaca-se que a SUDAM é membro do NEAPL e vem participando de todas as reuniões, acompanhando, assim, todas as ações que vem sendo realizadas no Tocantins, assim como, os projetos necessários.

O Coordenador do NEAPL apresentou o estágio atual dos APLs do Estado, destacando que o Tocantins possui vocação agrícola, sendo o 3º produtor de arroz do Brasil.

No Estado, o APL da cachaça se encontra na região de Aurora do Tocantins. Entretanto, esse APL precisa de organização e estruturação. Seu produto é uma cachaça de baixa qualidade, imprópria para exportação, cujo nome é Dama dos Azuis. O APL do coco do babaçu possui um Plano de Desenvolvimento, com uma empresa instalada, chamada Tobasa Bioindustrial que produz velas aromáticas, batom com o óleo do coco. É usado na gastronomia e, ainda, para fazer shampoos, condicionador, manteiga de coco, óleo umectante de coco, manteiga capilar, etc.

O APL de piscicultura recebeu apoio financeiro para 120 tanques escavados em 30 propriedades, na região de Araguaí. Estão negociando uma redução do ICMS para o setor. O APL do mel está iniciando, mas já tem plano de extensão com objetivos e metas. Por enquanto, a produção está muito baixa, 15kg por colmeia.

Foram enviados para CODEVASF, os seguintes projetos: Unidades Demonstrativas, Parques aquíferos, Estruturação de agroindústria de fruta, Casa de farinha, Casa de mel e desidratação de pólen. Pelo exposto, se conclui que os arranjos produtivos do estado do Tocantins estão em pleno desenvolvimento com o apoio do Estado e sendo bem administrados.

FUNDOS, ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS

Visita ao Sistema Federação das Indústrias do Estado do Tocantins (FIETO com apresentação dos Incentivos Fiscais, do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) visando criar planos de ação em conjunto com as secretarias de governo, agências de desenvolvimento, federações de agricultura, pecuária, indústria, Sebrae.



• TOCANTINS

O Estado de Tocantins mantém-se nos últimos anos com um dos três estados com maior volume financeiro aplicado no FNO. Entretanto, notou-se nas conversas um anseio por mais disponibilidade de recursos do fundo constitucional, especialmente entre potenciais tomadores de crédito de até R\$500.000,00 e entre potenciais tomadores de crédito que não são clientes recorrentes do fundo. Essa percepção corrobora a proposição apresentada pela SUDAM para que o tíquete médio seja reduzido. Notou-se também que o conhecimento acerca da possibilidade de receber incentivos fiscais está circunscrita às empresas abordadas por projetistas reforçando a necessidade de a SUDAM ser presente na apresentação do instrumento como atrator de investimentos.



CONCLUSÃO

A iniciativa do Sudam nos Estados – Diálogos com quem promove o desenvolvimento regional na Amazônia”, que percorreu a região, teve o objetivo de receber diretamente as demandas dos atores locais e difundir informações sobre os instrumentos de desenvolvimento regional.

A caravana, formada por técnicos e gestores da autarquia, percorreu os nove estados da Amazônia Legal (Acre, Rondônia, Amazonas, Roraima, Amapá, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso e Pará), começou em agosto de 2021 e promoveu vários encontros técnicos para coletar subsídios e propor medidas que facilitem o acesso dos estados, municípios, setores produtivos e outros atores aos recursos federais, por meio dos instrumentos de ação da Superintendência. Informações e propostas sobre a execução de convênios e projetos estratégicos que possam melhorar a qualidade de vida da população foram assuntos centrais das rodadas. A articulação institucional da Superintendente, Diretores e Técnicos, aproximou a Autarquia dos atores regionais.

Os incentivos fiscais (benefícios tributários como isenção de impostos a empresas instaladas na Amazônia), ferramenta que gera emprego e renda, também estiveram no foco das discussões. Além de proposição de medidas conjuntas com federações da indústria, comércio, entre outros, para melhorar a performance dos incentivos, alcançando mais beneficiários.

A ideia é que os dados possam subsidiar a elaboração das Diretrizes e Prioridades do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e outras ferramentas da Sudam para fomentar o desenvolvimento incluyente e sustentável das localidades.

Também foram apresentados os principais pontos do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA 2020-2023), instrumento de planejamento do desenvolvimento regional que norteia as ações da Sudam e cujo principal objetivo é promover a redução das desigualdades regionais através da geração de emprego e renda, do crescimento econômico, da qualidade de vida e da internalização da riqueza regional. Durante a estada nos estados, nossos técnicos promoveram diálogos com as secretarias estaduais de planejamento, visando melhorar a carteira de projetos do PRDA; com instituições tais como Federação das Indústrias, para informar sobre instrumentos de ação como o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e Incentivos Fiscais; Sebrae, para levar maiores informações sobre o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO); e Federações e Associações de municípios, para falar sobre Convênios.

Os desafios e gargalos detectados, com o olhar de quem está na ponta legítima e modula nossas ações, orientando-as para a realidade local. A experiência de sair do escritório e se sensibilizar com o que se passa na Amazônia de verdade, por meio do Sudam nos Estados, extrapolou o compartilhamento técnico, aproximando as pessoas que querem, de fato, a melhoria na qualidade de vida da nossa população, retomando o protagonismo da Sudam, na promoção do desenvolvimento incluyente e sustentável da Amazônia Legal.

Nossos sinceros agradecimentos aos técnicos da Sudam e a todos que nos acolheram com tanto carinho, ávidos por fazerem parte desta retomada do desenvolvimento da nossa região.

“Levar os técnicos aos estados foi uma iniciativa mais que necessária. Ouvir quem está na ponta, trocando informações, torna nossos instrumentos de promoção do desenvolvimento mais factíveis. Conhecer e entender a realidade local faz toda a diferença.”

Louise Caroline Campos Löw
Superintendente da Sudam



